falecida em 28 de Agosto de 2006; € 2833,16, legados pelo sócio n.º 66 399, José Joaquim Monteiro Madureira, nascido em 14 de Fevereiro de 1956 e falecido em 17 de Agosto de 2006; € 1995,19, legados pela sócia n.º 70 196, Maria Isabel Espada Silva, nascida em 27 de Julho de 1962 e falecida em 2 de Setembro de 2006; € 5985,57, legados pelo sócio n.º 76 137, Germano Silva Oliveira, nascido em 5 de Novembro de 1951 e falecido em 19 de Agosto de 2006, e € 3750, legados pela sócia n.º 92 530, Ana Maria Marques Vieira Mendes, nascida em 17 de Agosto de 1961 e falecida em 26 de Agosto de 2006.

2 de Outubro de 2006. — Pela Direcção, *José Manuel Costa Melo Beirão*. 3000216628

AUTARQUIAS

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente do conselho de administração de 12 de Setembro de 2006, foram denunciados a seu pedido os contratos a termo resolutivo certo com os licenciados Guida Maria Fernandes Martins (técnica de RVCC), Cristóvão Vieira Gonçalves Lopes (engenheiro do ambiente), Sílvio Duarte Pereira Machado Costa (economista), Joana Auxíliia Pereira Fernandes da Costa (técnica de RVCC), com efeitos a partir dos dias 1 de Julho de 2004, 4 de Julho de 2005, 22 de Outubro de 2005 e 31 de Agosto de 2006, respectivamente.

12 de Setembro de 2006. — O Administrador-Delegado, *Manuel Ferreira*. 1000306148

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso

Concurso externo para admissão de três estagiários para ingresso na carreira técnica superior de arquitectura — Nomeação.

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Agosto de 2006, proferido no uso de competência delegada, foi nomeada definitivamente para lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe — arquitecto do quadro de pessoal do município de Albufeira a estagiária Ana Isabel Jesus Duarte Almeida, aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 196, de 20 de Agosto de 2004, a qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

25 de Agosto de 2006. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, *José Carlos Martins Rolo*. 1000306248

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 85/2006-R. H.

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo despacho n.º 63/2006, por mim proferido, com data de 20 de Setembro, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro, em conjugação com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º e do Decreto-Lei n.º 84/2002, de 5 de Abril, e do disposto na alínea e) do artigo 2.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi reclassificado a título definitivo, com dispensa do período probatório e com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, o funcionário abaixo indicado:

Situatção após reclassificação	Índice	189
	Escalão	1
Situatção anterior	Categoria	Mecânico (operário altamente qualificado).
	Carreira	Mecânico (operário altamente qualificado).
Situatção anterior	Índice	137
	Escalão	1
Situatção anterior	Categoria	Cantoneiro de vias (operário) ...
	Carreira	Cantoneiro de vias
Nome	Jorge Manuel Luis da Silva Garcia	

O referido funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Processo isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*. 3000216645

Aviso n.º 87/2006-R. H.

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 20 de Setembro de 2006, proferido nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em sequência do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, aberto através do aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 9 de Maio de 2006, foi nomeado o concorrente classificado Manuel dos Reis Alves.

Mais se torna público que o nomeado deverá tomar posse do referido cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*. 3000216644

Aviso n.º 88/2006-R. H.

1 — Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por meu despacho de 20 de Julho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo principal, escalão 1, índice 222, € 704,10.

1.1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso são aplicadas as regras constantes nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 442/91, de 15 de Novembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido apenas para o lugar indicado e caduca com o seu preenchimento.

4 — Remuneração e local de trabalho — o local de trabalho é na Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, bem como a área do concelho de Arruda dos Vinhos, sendo a remuneração fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Conteúdo funcional — o constante no despacho n.º 38/88, do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989.

6 — Requisitos gerais de admissão — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, reúnam as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7 — Requisitos especiais — os estabelecidos na alínea a) n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, ou seja, ser assistente administrativo com, pelos menos, três anos de serviço na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

8 — Métodos de selecção — avaliação curricular complementada com entrevista profissional de selecção.

8.1 — Classificação final — para efeitos de classificação final dos candidatos, o júri adoptará uma escala de 0 a 20 valores e a pontuação final dos concorrentes resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = AC + EPS$$

2

CF — classificação final;
AC — avaliação curricular;
EPS — entrevista profissional de selecção.

8.2 — A prova de avaliação curricular será ponderada da seguinte forma:

$$AC = HL + FP + CS + EP$$

4

AC — avaliação curricular;
HL — habilitações literárias, onde se pondera o grau académico;
FP — formação profissional, onde se pondera as acções de formação, seminários, encontros e conferências realizados durante o período correspondente à actual categoria referentes ao aperfeiçoamento profissional relacionados com a área funcional;

CS — classificação de serviço;
EP — experiência profissional, onde se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividades para a qual é aberto o concurso.

8.3 — A entrevista profissional de selecção terá a seguinte ponderação:

$$EPS = QPC + CECV + SR + CRP$$

4

QPC — qualificação e perfil para o cargo;
CECV — capacidade de expressão e compreensão verbal;
SR — sentido de responsabilidade;
CRP — capacidade de relacionamento pessoal.

8.4 — Os restantes critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção constam de acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada sempre que solicitada.

9 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, devendo conter os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, naturalidade, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade e número de contribuinte fiscal), residência e endereço para o qual deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso e número de telefone;

b) Situação profissional;

c) Identificação do concurso a que se candidata, fazendo referência ao número do *Diário da República* onde o presente concurso foi publicado;

d) Indicação dos documentos que instruem o requerimento;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para melhor apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

9.1 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso);

b) Fotocópia do cartão de contribuinte;

c) Currículo detalhado, datado e assinado, do qual constem as habilitações literárias e profissionais, a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade nesta, as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, respeitantes aos anos relevantes para efeitos de concurso, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, acções de formação, etc.);

d) Fotocópia dos certificados de habilitações literárias e profissionais;

e) Fotocópia das acções de formação profissional frequentadas;

f) Declaração, emitida e autenticada pelo serviço de origem, onde constem a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, expressa em anos, meses e dias, classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, respeitantes aos anos relevantes para efeitos de concurso, funções que exerce e exerceu durante os anos relevantes para efeitos de acesso na carreira, respectivos períodos e tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato;

g) Declaração, em alíneas separadas, no próprio requerimento, sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos gerais de admissão a concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.